

O drama dos professores

Na mesma semana em que o presidente Fernando Henrique Cardoso convocou a sociedade para melhorar o ensino do País e o ministro da Educação anunciou três importantes medidas com o objetivo de recuperar os padrões mínimos de qualidade de nosso ensino superior, do outro lado da ponta do sistema educacional, ou seja, no âmbito da educação básica, os professores da rede estadual de São Paulo decidiram promover uma greve de cinco dias, a partir do próximo dia 27, reivindicando aumento de salários e melhores condições de trabalho. Durante esse período, 6 milhões de alunos ficarão sem aulas.

Todos esses acontecimentos, evidentemente, estão interligados. Afinal, como será possível elevar o nível de eficiência de nossas instituições universitárias públicas, privadas e confessionais, como quer o ministro Paulo Renato Souza, se a maioria esmagadora de seus estudantes alfabetizou-se numa rede pública degradada, com professores ganhando salários aviltados, trabalhando em condições adversas e lecionando em instalações deterioradas? Não teria sido mais lógico, para o governo, concentrar sua atenção e seus investimentos na base do sistema educacional, dando prioridade absoluta ao projeto **Acorda, Brasil; está na hora da escola**, deixando para mais tarde, uma vez recuperado o ensino básico, o equacionamento do problema do ensino superior?

Essas nossas indagações foram motivadas pela dramática realidade salarial dos 245 mil professores da rede oficial de São Paulo, a mais rica e poderosa unidade da Federação. Atualmente, o piso salarial em vigor para quem não dispõe de licenciatura ou título universitário é de somente R\$ 140,00, por uma jornada de 20 horas semanais. Para quem tem título universitário, esse piso sobe para R\$

337,38. Esses vencimentos são muito baixos, ficando aquém da média salarial de trabalhadores semi-qualificados em determinados setores da economia, como os das indústrias de autopeças e montagem de veículos. E, se em São Paulo a situação é essa, qual deverá ser a realidade salarial do professorado de Estados mais pobres, principalmente os localizados no Norte e Nordeste?

É por isso que os professores da rede paulista decidiram promover uma greve de cinco dias — uma triste rotina que se repete a cada início de um ano letivo. E, como as finanças do governo estadual estão em colapso, o máximo que a Secretaria da Educação está oferecendo aos seus mestres é um abono de emergência que varia de R\$ 40,00 a R\$ 100,00, até que o governador Mário Covas possa, quando finalmente conseguir reequilibrar as contas do Tesouro, formular uma política salarial e rever o Estatuto do Magistério. Conscientes da crise financeira do governo estadual, os professores, que há algumas semanas reivindicavam a elevação do piso para cinco salários mínimos, já reduziram seu pleito para três salários mínimos, mais a elevação do vale-refeição de R\$ 2,00 para R\$ 6,00.

Como se vê, não existe má vontade entre as duas partes. Os novos dirigentes estaduais sabem que o professorado está ganhando muito mal; e os docentes, que optaram pela greve para chamar a atenção da opinião pública para sua situação, sabem que o governador está de mãos atadas, pois recebeu de seu antecessor uma herança calamitosa. O que há é uma realidade trágica, fruto do descalabro administrativo, da incúria de antigos governantes, do desvirtuamento das funções da máquina governamental, que há tempos relegou para segundo plano os serviços essenciais, e da crise fiscal — para não dizer inviabilidade — de todo o Estado brasileiro.